

Nova Friburgo, 03 de setembro de 2025.

Para: Leonardo Gabrig Peixoto
Pregoeiro - Matr.: 206.934

De: Willian R.G. Borges
Membro da Comissão de Contratação - Matr.: 300.817

Referente: Processo nº13.500/2025
Pregão Eletrônico nº 90.070/2025

Cumpre registrar que, em resposta ao parecer técnico preliminar desta Comissão, a empresa WTE Engenharia LTDA. apresentou o documento intitulado "**Justificativa para Desconto Acima de 25%**", no qual afirma ser capaz de oferecer desconto superior a 25% e, ainda assim, executar as obras dentro do prazo e com a qualidade exigida pela Administração. Passa-se, assim, à análise complementar dos esclarecimentos prestados.

Sobre a Inexequibilidade

De início, registra-se que o item 14.4 do edital apresenta imprecisão redacional, ao prever como indício de inexequibilidade apenas propostas com valores inferiores a 50% do orçamento da Administração, regra aplicável a bens e serviços em geral.

Todavia, considerando que o objeto do certame é a execução de serviços de engenharia (aplicação de massa asfáltica pré-misturada a frio - PMF), aplica-se a norma específica do art. 59, §4º, da Lei nº 14.133/2021, segundo a qual são consideradas inexequíveis as propostas inferiores a 75% do valor orçado pela Administração, salvo demonstração objetiva de viabilidade.

Pois bem, a justificativa apresentada pela empresa, ao se apoiar exclusivamente na redação do edital, não responde de forma adequada à exigência legal, uma vez que ignora o parâmetro de 75% previsto na Lei. Dessa forma, recomenda-se que a comissão observe o parâmetro legal previsto no art. 59, §4º, da Lei nº 14.133/2021, a fim de assegurar a plena conformidade normativa e a segurança jurídica do certame.

Da Análise Técnica Complementar

Ao analisar a justificativa apresentada pela empresa, observa-se que, embora tenha declarado formalmente cumprir os pisos salariais previstos em convenções coletivas e na legislação vigente, não demonstrou, de forma objetiva, como compatibilizará essa obrigação com o desconto linear aplicado nas planilhas. Os valores unitários da mão de obra ficaram abaixo das referências da convenção coletiva, o que evidencia inconsistência, pois os custos indicados não alcançam o mínimo necessário para o pagamento de salários e encargos trabalhistas obrigatórios.

De se destacar que, a empresa argumenta, ainda, que possui funcionários registrados em carteira, com quadro fixo de colaboradores, o que lhe permitiria manter custos mais baixos. Embora tal condição possa representar uma vantagem operacional interna, essa alegação não substitui a obrigação de comprovar, de forma clara e numérica, como os salários compatíveis com o piso sindical serão efetivamente pagos diante da compressão dos custos apresentada. Ainda que a empresa possua quadro próprio de funcionários, tal circunstância não afasta a exigência de que a planilha apresente preços exequíveis. Estes devem ser compatíveis com as normas trabalhistas e com os pisos salariais da categoria.

Adicionalmente, a empresa consignou em sua justificativa a seguinte observação:

"Observações: Todos os Profissionais acima possuem Carteira Assinada junto a WTE ENGENHARIA LTDA e se enquadram no piso do Sindicato da Categoria."

Tal afirmação, contudo, é insuficiente para demonstrar a compatibilidade entre os valores da planilha e os pisos salariais previstos na convenção coletiva. A simples declaração de que todos os funcionários possuem carteira assinada não substitui a necessidade de apresentação de cálculo detalhado, demonstrando numericamente como os custos trabalhistas obrigatórios serão absorvidos dentro da proposta apresentada.

Em termos práticos, a resposta da empresa limitou-se a uma declaração genérica de observância das normas trabalhistas, sem apresentar comprovação detalhada de que os custos da folha de pagamento estão devidamente contemplados na proposta. Trata-se de questão objetiva e mensurável, que não pode ser suprida apenas por declarações formais.

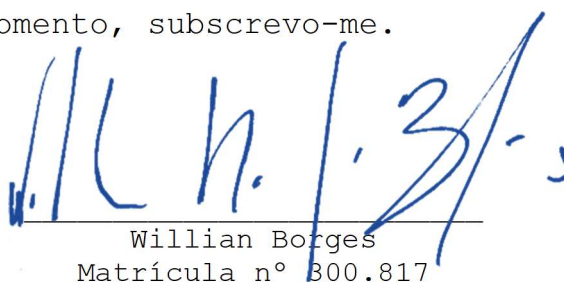
Por outro lado, é importante destacar que a empresa apresentou portfólio de obras públicas concluídas, bem como alegou possuir frota própria de veículos e máquinas, equipe interna de manutenção, parcerias consolidadas com fornecedores, metodologias de gestão voltadas à produtividade e uma estratégia comercial de margem reduzida. Esses fatores, em tese, podem contribuir para justificar parte do desconto aplicado e reforçar a eficiência operacional da licitante.

Todavia, tais argumentos ainda carecem de comprovação objetiva, especialmente no que se refere à compatibilidade da mão de obra com o piso salarial da convenção coletiva.

Por essa razão, esta comissão recomenda a realização de diligência específica quanto à apresentação de planilha detalhada da folha de pagamento simulada, contendo salário-base, encargos sociais e benefícios previstos em convenção coletiva, de modo a comprovar a compatibilidade entre os valores ofertados e as obrigações trabalhistas mínimas.

Diante do exposto, os apontamentos acima são submetidos aos demais membros da comissão para apreciação e deliberação quanto às medidas cabíveis. Sem mais para o momento, subscrevo-me.

Sem mais para o momento, subscrevo-me.



Willian Borges
Matrícula nº 800.817